

Pautas-bomba e o futuro do País

Numa ofensiva irresponsável, parlamentares que sequer se reelegeram legam ao futuro governo despesas bilionárias, que comprometerão o Orçamento do ano que se avizinha e dos próximos. Mais uma vez, quem perde é o Brasil

Ary Filgueira

No último dia 7, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), surpreendeu a todos ao tirar da gaveta o projeto que concede aumento de salário aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e que estava parado na casa desde 2016. Era só o início de uma queda de braço entre o novo governo e o Congresso em torno do risco de uma mudança na relação entre os poderes Executivo e Legislativo. A equipe de Jair Bolsonaro promete reduzir o toma-lá-dá-cá e esvaziar o modelo de presidencialismo de coalizão que se estabeleceu no país desde a redemocratização. Nos corredores do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), os integrantes do governo de transição falam de um novo sistema no qual perdem força as negociações políticas tradicionais. A nova operação, porém, precisa de calibragem para não parecer uma imposição do Executivo sobre o Legislativo. O problema é que, ao reagir, o Congresso optou pelo pior caminho: uma ofensiva irresponsável, que joga no colo do novo governo de um País que enfrenta uma crise financeira sem precedentes novas despesas bilionárias.

Um dia depois da desfaçatez, a maioria dos senadores voltaria à carga aprovando uma proposta que

dá isenção de impostos para o setor automotivo, o Rota 2030. Embora não tire recurso dos cofres da União, como ocorrerá no caso do aumento no pagamento dos magistrados, o governo deixará de arrecadar com a isenção até R\$ 1,5 bilhão por ano, que entraria nos cofres públicos em forma de tributos. Enquanto isso, a Reforma da Previdência – essa sim, necessária não somente ao governo, mas ao País – empacou no plenário da Câmara por falta de vontade dos congressistas. Diante do impasse, Bolsonaro desistiu da ideia de vê-la aprovada ainda este ano.

Rombo ignorado

Com esses gestos, o Congresso parece repetir o modelo que ajudou a inviabilizar o governo de Dilma Rousseff: a saraivada de projetos que ficaram conhecidos como pautas-bomba. Se, porém, à época Dilma propunha um ajuste fiscal que negara que faria durante a campanha, desta vez o conjunto de propostas até agora sugerido por Bolsonaro está em sintonia com o que foi aprovado pelo eleitorado. Assim, as pautas-bomba do Congresso explodem na cara do cidadão brasileiro.

Senadores e deputados usam bandeiras alheias para agir em causa própria. Ignoram a atual situação das contas públicas, que

amargam um déficit de R\$ 149,6 bilhões. Nos últimos sete meses, o Congresso aprovou projetos e propostas que vão causar um impacto de quase R\$ 90 bilhões, seja em renúncia fiscal, contratação ou aumento salarial de servidores. E vem mais por aí. O Senado deve pautar para a semana que vem a apreciação de dois vetos presidenciais. Um deles proíbe a reinclusão de empresas devedoras de impostos no Simples Nacional, que unifica oito impostos municipais, estaduais e federais em uma guia de pagamento.

Quando estiver do outro lado da rua, Bolsonaro sentirá na pele o resultado das medidas que a atual legislatura ajudou a aprovar. Em julho, quando o presidente eleito ainda era deputado, o Congresso aprovou propostas que representam um impacto total de R\$ 72 bilhões anuais nas contas públicas. Um deles foi em forma de veto. Deputados e senadores derrubaram o impedimento dado por Michel Temer ao projeto que prevê o parcelamento das dívidas previdenciárias de produtores rurais com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) e o desconto de até 100% de multas e juros. O governo deixou de arrecadar R\$ 13 bilhões.

Conta salgada





Há outros perigos adiante. É grande o lobby dos governadores para que o Governo Federal compense os estados pelas perdas provocadas com a desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) destinados à exportação, a chamada Lei Kandir. Se isso ocorrer, a conta deve ficar para Bolsonaro. E não será nada barata. Segundo estimativa do Setor de Orçamento da Câmara, a União terá de repassar aos Estados R\$ 39 bilhões.

Para sofreguidão de Bolsonaro, é forte a pressão para que o presidente Temer aprove o reajuste do STF antes do dia 15 de dezembro. Esse prazo é o limite para que os presidentes das três casas — STF, Câmara e Senado — consigam incluir o aumento na folha de pagamento do último mês do ano, o que provocaria um efeito cascata a atingir todo o funcionalismo público, incluindo mesmo novo valor sobre férias e décimo terceiro. Ironicamente, boa

parte dos senadores que votou as pautas-bomba não estará de volta no ano que vem. Foram rechaçados pelos eleitores. Se programaram vingança, provavelmente se esqueceram de que também são brasileiros e todos vão ter de pagar a conta.

AS BOMBAS JÁ DETONADAS

Aumento do salário dos ministros do STF

Reajuste de 16% no salário dos ministros do STF, elevando para R\$ 39,2 mil a remuneração de cada magistrado. A decisão repercute sobre em cascata causando impacto de R\$ 6 bilhões

Reajustes e contratações para servidores

LDO prevê que diminuição das despesas com folha de pessoal será de 5% e não 10% como queria o governo. A economia será de apenas R\$ 15 bilhões ao ano

Descontos de multas dos

produtores rurais

Congresso autorizou parcelamento de dívidas previdenciárias com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), redução da contribuição previdenciária e anistia de 100% das multas e encargos das dívidas com o governo federal. Prejuízo de R\$ 13 bilhões

Benefício fiscal aos fabricantes de refrigerantes

Senado restabeleceu benefício fiscal a indústrias de refrigerantes instaladas na Zona Franca de Manaus. O setor voltou a ter um crédito de 20% no IPI que foi reduzido por Temer para 4%. Em 2019, o impacto será de R\$ 1,9 bilhão

Rota 2030

Cria novo regime tributário para o setor automotivo, com incentivos fiscais às montadoras. Impacto de R\$ 17,6 bilhões em quatro anos

Projeto de autonomia sujeita o BC a pressões externas e limita sua atuação

CMN, que define normas e metas do banco, pode passar a ter integrantes até de fora do governo

Vinícius Torres Freire

São Paulo- O projeto de lei de autonomia ao Banco Central pode sujeitar sua direção a um conselho integrado por pessoas estranhas à equipe econômica e até de fora do governo.

O CMN (Conselho Monetário Nacional), que define o grosso das normas, políticas e metas do BC, passaria a ser composto de nove integrantes: os ministros da Fazenda e do Planejamento e outros sete indicados.

Desde 1994, apenas as chefias de Fazenda, Planejamento e BC têm assento e voto no CMN, que chegou a ter de 9 a 27 membros desde 1964.

Um CMN ampliado p ode sujeitar o BC a pressões que alei de autonomia pretende evitar. Além de

criar um novo CMN, o projeto limita a capacidade financeira de o BC intervir no câmbio ou de emprestar dinheiro a bancos.

Há conversas entre deputados, a equipe de transição de Jair Bolsonaro e o governo de Michel Temer a fim de negociar a aprovação da autonomia ainda neste ano.

Entende-se por autonomia, nesse caso, a concessão de mandatos de prazo definido para o presidente e diretores do BC, que não seriam coincidentes com o do presidente da República, que os nomeia.

O mandato fixo limita as situações em que podem ser demitidos integrantes da direção do BC. Assim e em tese, estariam sujeitos a menos pressão política na tarefa de definir o nível de taxa de juros que julgam necessário para manter a inflação na meta. Juros altos são impopulares, podem causar desemprego e afetar o prestígio de governantes.

O texto original da lei, porém,

especifica muito vagamente a situação em que dirigentes do BC poderiam perder o mandato, não define os termos de prestação de contas ou de responsabilização do comando da instituição diante do Congresso e cria novidades controversas, como o limite de operações da autoridade monetária com bancos ou câmbio (a 0,2% do PFB, o que praticamente impediria as intervenções no dólar, por exemplo).

O relator do projeto, deputado Celso Maldaner (MDB), diz que fez poucas mudanças no texto original, acertadas com o BC (que não quis comentar o assunto) e com a equipe de transição de Bolsonaro.

Maldaner disse que ainda não pode divulgar o texto final de seu substitutivo, mas confirmou que a mudança no CMN permanece no projeto.

"Do meu ponto de vista, não faz sentido [a ampliação do CMN], fica aberto demais, perde o caráter





técnico, parece se tornar um conselho de representação social, o que não é o caso em uma instituição como o BC", afirma o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM).

"Embora o projeto original seja em parte também de minha autoria, lá em 2003, acho que o CMN tem de ser restrito, como hoje. Claro que respeito oposição do relator, mas o texto ainda irá a debate."

Segundo Maia, o plano de aprovar o projeto em regime de urgência "não é para inglês ver". Para o deputado, a maioria das lideranças partidárias, com exceção da esquerda, está disposta a apoiar o projeto.

"A partir da semana que vem, começamos afazer conta. Se tivermos 460, 470 deputados no plenário, vamos à votação [o projeto precisa de 257 votos]. Como parece haver dificuldades com a tramitação da reforma Previdência, o grande projeto da pauta seria a independência do BC."

Autonomia formal é comum em países desenvolvidos e emergentes mais avançados

Como funcionam os principais bancos centrais

Tem autonomia formal?		Ano em que o objetivo da política monetária atual foi estabelecido
País	Meta	
● Sim	● Não	
● Austrália	Complexa*	1959
● Brasil	Complexa*	1964
● Canadá	Complexa*	1985
● Chile	Estabilidade da moeda e funcionamento normal dos sistemas de pagamentos externo e doméstico	1989
● Colômbia	Estabilidade da moeda	1992
● Estados Unidos	Emprego, estabilidade de preços e nível moderado dos juros de longo prazo	1977
● Israel	Estabilidade de preços	2010
● Japão	Estabilidade de preços	1997
● Reino Unido	Estabilidade de preços	1998
● Zona do Euro	Estabilidade de preços	1992

Dos 31 países analisados, **em apenas cinco** –incluindo o Brasil– o BC não tem autonomia formal, estabelecida por lei

*Não há um objetivo prioritário estabelecido por lei Fonte: Itaú Unibanco

Criado na ditadura, banco sofreu intervenção

O Banco Central foi criado "autônomo" em lei aprovada no início da ditadura militar, em 1964. Foi o resultado de um parto longo, de embates políticos, alterações legais e projetos que datavam pelo menos da criação de seu embrião, a Superintendência da Moeda e do Crédito, em 1945, ao fim de outra ditadura —Getúlio Vargas.

A autonomia não durou além de 1967, quando Costa e Silva praticamente forçou a demissão dos diretores, com mandato fixo definido por lei, e acabou por submeter o BC a orientações de política econômica geral do governo. As equipes econômicas da ditadura, com apoio da maioria do empresariado influente, eram contrárias à autonomia.

Roberto Campos (1917-2001) conta em suas memórias que foi a Costa e Silva conversar sobre a nova regulação econômica da ditadura e a autonomia do BC, pouco antes da posse do marechal-presidente. Campos era ministro do

Planejamento (o futuro presidente do BC de Jair Bolsonaro é seu homônimo e neto).

"O Bacen [o BC] é o guardião da moeda", disse Campos ao marechal, que não gostou da conversa. "O guardião da moeda sou eu", retrucou Costa e Silva ("Lanterna na Popa", páginas 669 a 672).

O CMN limitava a atuação autônoma do BC, de resto prejudicada pela divisão de tarefas com o Banco do Brasil.

O BB deixou de ter atribuições típicas de banco central só em 1986, sob José Sarney, quando foi impedido de financiar despesas do governo via criação de dinheiro, grosso modo: por meio de inflação.

A lei que regula o sistema financeiro, o BC e o CMN ainda é aquela de 1964, apesar de décadas de alterações e das adaptações à Constituição de 1988, que enfim deu cabo legal da possibilidade de o BC

financiar o governo, criando condições para a implementação da autonomia em questões de política monetária.

O Copom (Comitê de Política Monetária), criado em 1996, é um órgão colegiado, composto pela diretoria do BC, que se reúne periodicamente para definir a política monetária (o nível adequado da taxa básica de juros). Tinha como objetivo insular, em um órgão considerado técnico e destacado, decisões a respeito da estabilidade de preços.

A criação do sistema de metas para a inflação (1999) 1 ano mesmo sentido, de criar instituições e normas mais estáveis.

Tais instituições reforçaram o caráter mais autônomo do Banco Central e tornaram mais custoso, em termos políticos, demitir a direção das autoridades responsáveis pela política monetária. Há uma quase autonomia de fato, mas não de direito.

Buracos nos estados

Não chegou a durar dois anos o efeito paliativo do último programa federal de cobertura de rombos nos caixas dos governos estaduais, tão precário quanto as operações tapa-buracos das também lastimáveis estradas brasileiras.

Em 2016, negociou-se mais prazo para o pagamento de dívidas das unidades da Federação com o Tesouro Nacional. No ano passado, a situação das contas regionais continuou a se deteriorar, como revela balanço recém-publicado pelo Ministério da Fazenda.

Não espanta, aliás, que no primeiro encontro dos futuros governadores com auxiliares do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), novo socorro tenha sido pleiteado.

De fato, existe o risco concreto de que as finanças de outros estados descambem para a agonia vivida por Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. O colapso da prestação de serviços à população — educação, saúde e segurança pública, principalmente — elevará a pressão política sobre os cofres do governo federal.

Em 2017, mais uma vez o aumento de despesas superou o da arrecadação, na média estadual. Feitas todas as contas de receitas, de impostos ou financeiras, o resultado orçamentário voltou a um déficit explosivo, de R\$ 20,3 bilhões.

Isso quer dizer, em termos simples, que as administrações não serão capazes de honrar seus compromissos — com servidores ou fornecedores — no prazo. Trata-se de moratórias disfarçadas.

Cresceu novamente o gasto com pessoal, que chegou a exorbitantes 79% da receita líquida em Minas Gerais e a cerca de 70% no Rio de Janeiro e no Rio Grande do

Sul; 14 estados gastaram acima dos 60% estipulados como teto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

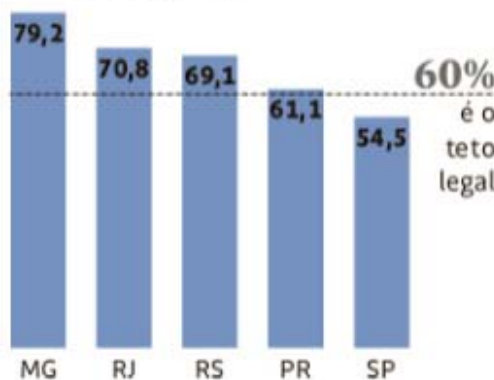
Apenas 13 se encontravam em condições mínimas de solicitar aval da União para empréstimos, o que limita sua capacidade de ampliar obras em infraestrutura. É no mínimo improvável, acrescente-se, que o cenário geral tenha melhorado neste ano de eleições.

No entanto unidades da federação tão diversas como Espírito Santo, Ceará, Amazonas e São Paulo têm feito esforços mais sistemáticos de reorganização de contas e contenção de despesas. O ajuste não se mostra impossível.

Como ocorre na União, reformas dos sistemas previdenciários e, onde for o caso, privatizações devem merecer a atenção mais imediata dos futuros governadores. Continuar privilegiando interesses das corporações estatais será caminho rápido para o colapso.

Despesas com pessoal nos principais estados

Em % da receita, 2017



Fonte: Tesouro Nacional

Copacabana

MARCOS LISBOA

A Barata Ribeiro é uma avenida que atravessa Copacabana, bairro da zona sul do Rio de Janeiro e moradia de muitos servidores públicos.

Com as regras atuais da Previdência, aposentados cinquentões em boa forma física passam a manhã na praia praticando esportes e terminam o dia conversando nos botequins da região.

O carioca diverte os amigos por meio de frases descabidas, afirmações veementes e teses provocadoras. A liturgia local espera que a polêmica apenas resulte em conversa estridente, que deve ser devidamente esquecida no dia seguinte, depois de passada a ressaca.

Cada grupo social acaba por adquirir a sua marca, e a do carioca é a controvérsia no botequim. Os argumentos se imaginam polêmicos como as frases deliciosas de Nelson Rodrigues. Imaginação devidamente alimentada pelo excesso de cerveja que embriaga o bom senso.

Os adultos que se aposentaram jovens com salário integral se divertem com afirmações destemperadas. Tentam compensar a falta de argumentos com a veemência e a irreverência típica dos cariocas.

Nesse ritual divertido para quem está ocioso, teses estapafúrdias são construídas com a ligeireza de quem fala muito porque pensa pouco. Propõem-se a roldão soluções para a crise entre israelenses e palestinos, os desafios ambientais ou o atraso do Brasil.

Muitos aposentados que frequentam um botequim na Barata Ribeiro têm algum argumento sobre temas tão diversos como a decadência do futebol brasileiro, as razões porque deixamos de falar o tupi ou a patética grandeza da família imperial.

Recentemente, o Brasil parece ter se tornado uma esquina da Barata Ribeiro tantas são as frases de efeito atrapalhadas que apenas revelam desvario.

“O remédio é voltar a querer grandeza. Encha o peito e diga: Brasil grande e forte”, argumento tão constrangedor como a proposta dos economistas heterodoxos de que basta o governo gastar mais para o país ficar mais rico. Cada grupo no botequim tem a sua bobagem do dia para resolver os problemas do universo.

Esperava-se, porém, que o destempero ficasse restrito aos botequins. Afinal, não se prensa o Congresso. Deputados e senadores foram eleitos, não os ministros. Quem determina o orçamento é o Congresso, não o Poder Executivo.

Parece que alguns continuam em campanha eleitoral. O momento, porém, requer estadista. Superar nossos problemas econômicos passa pelo diálogo e pela negociação de reformas com o Congresso.

Os jovens aposentados podem despejar a sua irreverência irresponsável em Copacabana, onde não precisam dirigir para ir para casa. A Barata Ribeiro, porém, fica muito longe de Brasília.

Ibaneis quer convênio com taxistas para transportar servidores



adoção do serviço resultou em economia de 60% em relação ao modelo anterior, que utilizava veículos próprios ou alugados. A contenção das despesas ficou na ordem de R\$ 8,8 milhões.

Ibaneis deverá se reunir com o Sindicato dos Permissionários e Motoristas de Táxi do DF (Sinpetaxi) para alinhar os termos e discutir a proposta. A modalidade deve ser de concorrência, abrindo espaço para uma cooperativa prestar o serviço. Segundo o Sinpetaxi, a tarifa cobrada ao GDF deve variar entre as bandeiras 1 e 2, de R\$ 2,85 e R\$ 3,66, respectivamente.

Intenção do governador eleito é adotar modelo parecido com o utilizado pelo governo federal, o TáxiGov. Conversas estão adiantadas

IAN FERRAZ
ANA LUIZA VINHOTE

O governador eleito do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), anunciou que irá implementar um convênio com taxistas para realizar o transporte de servidores da capital. A medida é um afago na categoria, além de uma promessa feita durante a campanha eleitoral.

A intenção é que os servidores utilizem o serviço para se locomover pela cidade. Os moldes do acordo seriam parecidos com o do TáxiGov, utilizado no âmbito federal por funcionários do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Atualmente, o Distrito Federal possui seis mil taxistas e 3.400 autorizações de táxi. “É igualzinho esse modelo. Vamos copiar, colar e implementar aqui no DF. É uma medida sábia e que vai gerar economia”, disse Ibaneis ao Metrôpoles.

No ministério, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), a

Entre 2015 e 2017, o GDF gastou R\$ 48.693.319,63 com os automóveis utilizados pelo Executivo, segundo dados da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag). O dispêndio inclui combustível e manutenção da frota própria.

Aquecer o mercado

Presidente do Sinpetaxi, Sued Sílvio está animado com a proposta. “Vai aquecer o mercado. Estávamos esquecidos nos últimos tempos. Entrava governo e saía governo e o táxi ficava de lado”, afirma.

Sued Sílvio espera também que o novo governo reestruture os pontos





de táxi, entre eles o do Aeroporto Juscelino Kubitschek, com saneamento e rede de esgoto. Disse também aguardar ligação para compor o governo de transição e discutir propostas no âmbito da Mobilidade.

Em entrevista ao Metrôpoles, na condição de governador eleito, Ibaneis disse que os taxistas estavam passando necessidade e que iria chamar a categoria para uma conversa a fim de “todos tenham o direito de ganhar seu direito, mas sem gerar o empobrecimento geral”. Uma outra promessa do emedebista foi discutir com o Banco Regional de Brasília (BRB) linhas de crédito para os profissionais da categoria.